



Atos do Poder Executivo

fls. 010

LEI N 1.879, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ,
ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Câmara Municipal de Guar aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o suporte financeiro necessário para a implantação, manutenção e desenvolvimento de programas e ações dirigidos aos portadores de deficiência, ressalvadas as políticas de ação continuada, em especial aquelas afetas ao campo da assistência social, na forma definida pela Lei Federal n 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que contam com recursos próprios e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Art. 2 Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD:

I - recursos provenientes dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

II - transferências do Município;

III - doações, legados e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoa física ou jurídica, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que lhe venham a ser destinados;

IV - valores das multas aplicadas no âmbito do Município de Guar, em ações judiciais, por ofensa aos direitos assegurados as pessoas com deficiência, fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogneos;

V - contribuições de governos e organismos nacionais estrangeiros e internacionais;

VI - doações de contribuintes do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, conforme disposto nos artigos 2 e 3 da Lei Federal n 12.213, de 20 de janeiro de 2010, com a alteração introduzida pelo art. 88 da Lei Federal n 12.594, de 18 de janeiro de 2012, ou outros incentivos fiscais;



Atos do Poder Executivo

fls. 011

LEI N 1.879, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

VII - doaes de recursos oriundos de benefício ou renúncia fiscal no âmbito municipal e estadual, que lhe venham a ser destinadas;

VIII - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicaes de capitais;

IX - receitas oriundas de alienao de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Guar, que lhe sejam destinadas;

X - as advindas de acordos e convênios;

XI - outros recursos que lhe forem destinados.

À 1 As receitas de que tratam o Inciso II deste artigo serão destinadas para a manuteno do funcionamento do CMDPD: capacitao de seus Conselheiros e organizao dos Encontros Municipais e Regionais das Pessoas com Deficiência.

 2 De todo o montante depositado na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD por pessoas físicas e jurídicas, 5% (cinco por cento) será de livre destinao por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 3 A gestão financeira dos recursos do FMDPD será feita pela Secretaria Municipal de Finanças, enquanto que a gestão administrativa caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, ouvido previamente, neste último caso, o CMDPD.

 1 A Secretaria Municipal de Finanças aplicar os recursos do FMDPD, eventualmente disponíveis, revertendo ao próprio Fundo os rendimentos da resultantes.

 2 Os recursos do FMDPD serão liberados através de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMDPD.

 3 Os recursos que compõem o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão depositados em conta específica mantida em instituio financeira designada pela Secretaria Municipal de Finanças, especialmente aberta para essa finalidade.

É 4 A contabilidade do FMDPD terá por objetivo evidenciar a sua situao financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislao pertinente.

 5 Caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social, na gestão administrativa do FMDPD:

I - solicitar a política de aplicao dos recursos do CMDPD;

II - submeter ao CMDPD demonstrativo contábil da movimento financeira do FMDPD;



Atos do Poder Executivo

fls. 012

LEI Nº 1.879, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

III - solicitar à Secretaria Municipal de Finanças os empenhos e pagamentos das despesas do FMDPD;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento administrativo do FMDPD.

Art. 4º Caberá ao CMPDP estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos do FMDPD, bem como acompanhar as ações desenvolvidas com verbas dele provenientes, com o intuito de gerar condições para a proteção e a promoção da autonomia, da integração e da participação efetiva do portador de deficiência na sociedade.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, em 09 de outubro de 2019.

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA
Prefeito Municipal em exercício

Registrada, publicada e arquivada na Secretaria de Administração, data supra.

JOÃO AUGUSTO PALMA
Chefe do Departamento de Administração